



**MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO**  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E  
RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA  
- ANO 2018 -**

---

**MUNICÍPIO DE MOURA**

**ÍNDICE**

1.	INTRODUÇÃO .....	3
2.	PROCEDIMENTOS EFETUADOS .....	3
3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
3.1	Balanço.....	6
3.2	Notas ao Balanço .....	6
3.3	Demonstração de Resultados .....	8
3.4	Notas à Demonstração de Resultados .....	25
4.	ENDIVIDAMENTO.....	26
5.	CONTROLO ORÇAMENTAL.....	37
6.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL .....	38
7.	CONTROLO INTERNO .....	48
8.	FACTOS SUBSEQUENTES.....	49
9.	RELATÓRIO DE GESTÃO .....	51
10.	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	51
11.	CONCLUSÕES .....	51
11.1	Reservas .....	52
11.2	Ênfases .....	52
11.3	Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações) .....	52
12.	AGRADECIMENTOS .....	53





## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2º do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE MOURA**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 23 de abril de 2019.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

## 2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:



- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2018, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Ispencionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros tendo em vista verificar se foram atualizadas as participações existentes, através do método da equivalência patrimonial ou outro;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
- Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
  - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
  - Transferências e subsídios correntes;
  - Custos com Pessoal;
  - Outros custos operacionais;
  - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
  - Ajustamentos para riscos e encargos;
  - Custos Financeiros;
  - Custos Extraordinários;
  - Vendas e Prestações de Serviços;
  - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;



- Proveitos e Ganhos Financeiros;
- Proveitos e Ganhos Extraordinários;

- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;
- q) Verificámos a situação fiscal e a adequada contabilização dos impostos, bem como a situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;
- t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.



### 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>ATIVO</b>				
<b>Imobilizado</b>				
Bens do Domínio Público	37 791 456	32 239 417	-5 552 040	-14,7%
Imobilizações Incorpóreas	285 380	284 069	-1 312	-0,5%
Imobilizações Corpóreas	44 767 555	44 146 265	-621 290	-1,4%
Investimentos Financeiros	44 688 771	44 329 507	-359 264	-0,8%
Total	<b>127 533 163</b>	<b>120 999 258</b>	<b>-6 533 905</b>	<b>-5,1%</b>
<b>Circulante</b>				
Existências	325 205	336 137	10 933	3,4%
Dívidas de Terceiros				
Empréstimos Concedidos	13 797	12 597	-1 200	-8,7%
Clientes c/c	175 062	71 774	-103 288	-59,0%
Contribuintes c/c	3 614	6 582	2 968	82,1%
Utentes c/c	36 348	40 990	4 642	12,8%
Clientes cob. Duvidosa	125 919	104 509	-21 410	-17,0%
Estado e O. Entes Públicos	246 679	250 700	4 021	1,6%
Outros Devedores	316 597	300 288	-16 309	-5,2%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	162 623	197 932	35 309	21,7%
Caixa	2 133	2 899	765	35,9%
Total	<b>1 407 977</b>	<b>1 324 408</b>	<b>-83 569</b>	<b>-5,9%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Proveitos	1 087 648	1 332 952	245 304	22,6%
Custos Diferidos	28 489	354 355	325 866	1143,8%
Total	<b>1 116 137</b>	<b>1 687 307</b>	<b>571 170</b>	<b>51,2%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>130 057 277</b>	<b>124 010 973</b>	<b>-6 046 304</b>	<b>-4,6%</b>



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Próprios</b>				
Património	198 179 839	198 180 397	559	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	2 245 708	2 073 768	-171 940	-7,7%
Subsídios	446 915	446 915	0	0,0%
Doações	290 227	290 227	0	0,0%
Resultados Transitados	-86 567 772	-91 930 430	-5 362 658	6,2%
Resultado Líquido do Exercício	-5 055 629	-4 931 685	123 943	-2,5%
<b>Total</b>	<b>109 539 289</b>	<b>104 129 193</b>	<b>-5 410 096</b>	<b>-4,9%</b>
<b>Passivo</b>				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões p/ O. Riscos e Encargos	48 236	48 236	0	0,0%
Dívidas a Inst. Financeiras	4 397 736	3 781 979	-615 757	-14,0%
Fornecedores c/c	1 128 497	1 452 455	323 959	28,7%
FAM	321 288	26 774	-294 513	-91,7%
<b>Total</b>	<b>5 895 756</b>	<b>5 309 444</b>	<b>-586 312</b>	<b>-9,9%</b>
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	758 931	723 330	-35 601	-4,7%
Adiantamentos por conta de Vendas	5 000	5 000	0	0,0%
Fornecedores c/c	743 217	582 549	-160 668	-21,6%
Fornecedores - Fat. em rec. e conferência	40 000	117 793	77 792	194,5%
Clientes e utentes c/ Cauções	4 750	4 050	-700	-14,7%
Fornecedores Imobilizado c/c	200 992	157 242	-43 749	-21,8%
Estado e O. Entes Públicos	93 894	97 368	3 475	3,7%
Outras Credores	63 181	199 564	136 383	215,9%
FAM	107 097	53 549	-53 549	-50,0%
<b>Total</b>	<b>2 017 061</b>	<b>1 940 445</b>	<b>-76 617</b>	<b>-3,8%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>				
Acréscimos de Custos	1 178 659	1 288 854	110 195	9,3%
Proveitos Diferidos	11 426 512	11 343 038	-83 474	-0,7%
<b>Total</b>	<b>12 605 171</b>	<b>12 631 892</b>	<b>26 721</b>	<b>0,2%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>20 517 988</b>	<b>19 881 780</b>	<b>-636 208</b>	<b>-3,1%</b>
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>130 057 277</b>	<b>124 010 973</b>	<b>-6 046 304</b>	<b>-4,6%</b>



### 3.2 Notas ao Balanço

#### I- ATIVO

##### 3.2.1 Imobilizado

- a) O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado Líquido do Município no ano de 2018, por comparação com o ano de 2017:

Rubricas Imobilizado	Saldos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	37 791 456	32 239 417	-5 552 040	-14,69%
Imobilizações Incorpóreas	285 380	284 069	-1 312	-0,46%
Imobilizações Corpóreas	44 767 555	44 146 265	-621 290	-1,39%
Investimentos Financeiros	44 688 771	44 329 507	-359 264	-0,80%
<b>Totais</b>	<b>127 533 163</b>	<b>120 999 258</b>	<b>-6 533 905</b>	<b>-5,12%</b>

- b) Verificámos relativamente aos movimentos do ano, testámos:
1. Cerca de 85% dos movimentos do ano relativo a bens do domínio público,
  2. Cerca de 85% dos movimentos do Imobilizado Corpóreo,
  3. Cerca de 86% dos movimentos do ano referente a Imobilizações Incorpóreas,
- c) Das nossas análises verificámos relativamente aos Bens de Domínio Público que:
1. Com o reforço no ano de cerca de 6,5 milhões de euros nesta rubrica provenientes da inventariação de muitos bens até este ano ainda não inventariados, consideramos que quase todos os bens do domínio público estão já inventariados. O que falta, trata-se tanto de peças de arte integradas no património do museu como do espólio bibliográfico existente na biblioteca municipal, conforme ponto 2.14 das notas ao Balanço e Demonstração.
  2. Nesta conformidade a Reserva que vínhamos colocando na CLC relativa à não inventariação da totalidade dos bens do domínio público foi retirada da mesma, por, em nossa opinião, o que falta inventariar merecer agora apenas menção no Relatório de Recomendações de Auditoria.
  3. O aumento de imobilizado em curso traduziu-se, de acordo com ponto 2.12 das notas ao Balanço e Demonstração de resultados, em aquisições do ano no montante de 945.992 euros, nomeadamente reabilitação torre do relógio na Amareleja e reabilitação Bairro do Carmo.



4. Verificámos que a data do auto de receção provisório não coincide com a data em que o imobilizado é transferidos para imobilizado firme. Deve no decorrer do ano de 2019 ser revisto o procedimento de transferência do imobilizado em curso para imobilizado firme, por forma a que as amortizações do exercício se encontrem corretamente apuradas.
5. Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto e concluímos que todos os movimentos de 2018 foram reconhecidos no Património.
6. Verificamos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade tendo concluído que, a variação nos mapas, corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício e à diminuição proveniente do abate de bens.
7. De acordo com ponto 2.14 das notas ao Balanço e Demonstração de resultados encontra-se por valorizar o espólio bibliográfico peças de arte integradas no património do museu.

d) Relativamente ao Imobilizado Corpóreo:

1. O decréscimo do ano no montante de 48.701 euros, corresponde:
  - Abate de diversos bens já totalmente amortizados no montante de 403.004€;
  - Aquisições do ano de cerca de 318.226 euros;
  - Transferência de imobilizado em curso para imobilizado firme no montante de 48.534 euros.
2. Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto concluímos que todos os movimentos de 2018 foram reconhecidos no Património.
3. Verificamos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade e concluímos que a variação nos mapas corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício e diminuição proveniente do anate de bens já totalmente amortizados.
4. É necessário rever o procedimento de suporte aos abates de imobilizado. O Património deveria emitir informação sobre o motivo do abate que deveria ser assinada pelo Património e pela Contabilidade.

e) Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo:



1. O acréscimo do ano no montante de 189.113 euros contempla:
    - Abate no montante de 32.660 euros;
    - Aquisições do ano de cerca de 40.280 euros;
    - Transferência de imobilizado que estava em curso no montante de 181.493 euros.
  2. De acordo com nota 2.6 das notas ao balanço e demonstração de resultados, existem projetos, já totalmente amortizados, que deverão ser desreconhecidos em 2019.
  3. Verificámos a concordância entre o mapa de amortizações e o ativo bruto concluímos que todos os movimentos de 2018 foram reconhecidos no Património.
  4. Verificamos também a concordância entre o mapa das amortizações e as amortizações reconhecidas na contabilidade e concluímos que, a variação nos mapas, corresponde ao acréscimo proveniente das amortizações do exercício e à diminuição proveniente do abate de bens já totalmente amortizados.
- f) Investimentos Financeiros:
1. A rubrica de investimentos financeiros compreende partes de capital em empresas locais e multimunicipal, associações, empresas comerciais e no Fundo de Apoio Municipal.
  2. As participações estão reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial e de acordo com ponto 2.16 das notas ao balanço e demonstração de resultados as participadas cumprem com o artigo 62º da Lei 50/2012 e não relevam para o endividamento do Município de acordo com o artigo 54º da Lei 73/2013 de setembro.
  3. Todas as participadas apresentaram resultados do exercício positivos de acordo com ponto 2.16 das notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.
  4. A entidade COMOIPREL passará a adotar o SNC-AP a partir de 2020.
  5. De acordo com o artigo 303º da LOE2018 foi determinada uma redução das contribuições para o FAM, redução que foi reconhecida em 2018 no valor de 428.384 euros.



### 3.2.2 Circulante

#### 3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

Sub - Rubricas	Saldo em €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Materiais diversos	331 889	346 250	14 361	4,33%
Consumos para Máquinas e Viaturas	75 686	59 772	-15 914	-21,03%
Provisões depreciação de existências	-82 370	-69 884	12 486	-15,16%
<b>Total</b>	<b>325 205</b>	<b>336 137</b>	<b>10 933</b>	<b>3,36%</b>

- c) No decurso do nosso trabalho, solicitámos aos serviços do Município as listagens de existências valorizadas com referência a 31 de dezembro de 2018, as quais confirmam o valor apresentado nas demonstrações financeiras.
- d) Após a análise à antiguidade de bens em inventário constatou-se que existem diversos bens sem rotação nos últimos anos, o seu montante é de 77.579 euros, a provisão constituída pelo Município é de 69.884 euros, assim a provisão está subavaliada em 7.695 euros.
- e) O Município procede a contagens físicas. As divergências detetadas foram regularizadas.
- f) Validamos o saldo da conta.

#### 3.2.2.2 - Empréstimos Concedidos

- a) Refere-se a empréstimos concedidos ao abrigo de parcerias com o BES para apoio às microempresas:

Titulares	Saldo em		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Carlos Manuel Ramos Pinto	1 455	1 455	0	0,00%
Maria Alexandra Ferreira Torrado	2 794	2 194	-600	-21,47%
Luís Miguel Simão Infante	7 499	7 499	0	0,00%
Manuel Estevão Marques Martins	2 049	1 449	-600	-29,28%
<b>Total em dívida</b>	<b>13 797</b>	<b>12 597</b>	<b>-1 200</b>	<b>-8,70%</b>

- b) Deve ser analisada em 2019 a sua recuperabilidade e necessidade ou não de criar provisão.
- c) Pela irrelevância do saldo e apesar de b) validámos os saldos apresentados.

**3.2.2.3 - Clientes c/c, Contribuintes c/c e Utentes c/c**

- a) A conta apresenta um saldo de 223.855€, referente a:

	Saldos em €		
	31/12/2017	31/12/2018	Variação €
Clientes c/c	175 062	71 774	-103 288
Contribuintes c/c	3 614	6 582	2 968
Utentes c/c	36 348	40 990	4 642
<b>Total</b>	<b>215 024</b>	<b>119 346</b>	<b>-95 678</b>
Cobrança Duvidosa	449 178	340 117	-109 060
Provisões para cobranças duvidosas	-323 259	-235 608	87 651
<b>Total</b>	<b>125 919</b>	<b>104 509</b>	<b>-21 410</b>
<b>Total</b>	<b>340 943</b>	<b>223 855</b>	<b>-117 088</b>

- b) Verificámos que existem divergências entre as várias fontes de informação relativamente ao montante em dívida a 31 de dezembro de 2018, que devem ser analisadas em 2019. Saldo em dívida:
- |  |               |
|--|---------------|
| - Programa SGF                           | 480.719 euros |
| - Conta patrimonial #21                  | 459.463 euros |
| - Receita por cobrar rubrica 07.01.02.04 | 770.861 euros |
- c) De acordo com notas ao Balanço e Demostração de resultados, foi reduzida a provisão para clientes cobrança duvidosa por desconhecimento da dívida de impostos diretos que se encontrava refletida no site da Autoridade Tributária.
- d) As provisões foram constituídas tendo por base o critério definido pelo POCAL. Tendo em conta o saldo em dívida refletido no Sistema Gestão Faturação, as provisões para clientes de cobrança duvidosa estão subavaliadas em 140.108 euros.
- e) Assim importa referir que, de acordo com a RGTAL, o prazo de prescrição para as taxas e maior parte dos outros tributos administrados pelas autarquias locais é de 8 anos e, no que aos serviços de fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos, diz respeito, o prazo reduz para 6 meses.
- f) Estes são os prazos que o Município deve ter presente para não correr o risco de perder receita própria. Importa ainda referir que "a paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano, por facto não imputável ao sujeito passivo, faz cessar a interrupção da prescrição".



### **3.2.2.4 - Clientes Cobranças Duvidosas**

A conta é representada no quadro acima, que validámos.

### **3.2.2.5 - Estado e O. Entes Públicos**

- a) Trata-se de saldos de IVA a recuperar, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
IVA	246 679	250 700	4 021	1,63%
<b>Total</b>	<b>246 679</b>	<b>250 700</b>	<b>4 021</b>	<b>1,63%</b>

- b) O Município apresenta um montante de IVA a recuperar/reportar de 250.700 euros. O saldo deveria ser auditado no decorrer de 2019 para aferir da sua recuperabilidade.
- c) Porque a nota descrita em b) é irrelevante, validámos o saldo da conta.

### **3.2.2.6 - Outros Devedores**

- a) A conta apresenta um saldo de 300.288€, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Devedores Diversos	316 597	300 288	-16 309	-5,15%
<b>Total</b>	<b>316 597</b>	<b>300 288</b>	<b>-16 309</b>	<b>-5,15%</b>

- b) Os saldos de 2018 compreendem:
- |  |           |
|--|-----------|
| FEDER                                  | 145.319€; |
| FSE                                    | 7.899€;   |
| Devedores por alienação do Imobilizado | 9.920€;   |
| Outros devedores                       | 137.150€. |
- c) No conjunto, com a conta de outros Credores, circularizámos 80% do saldo.
- d) O saldo da conta 2688 deve ser analisado para aferir da sua recuperabilidade.
- e) Os saldos de adiantamento por conta de vendas e de devedores por alienação de imobilizado devem ser regularizados.
- f) Face à irrelevância de d), e e), validámos o saldo da conta.



### 3.2.3 Disponibilidades

#### 3.2.3.1 – Caixa

- a) O saldo de caixa é de 2.899€.
- b) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.
- c) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros, pelo que validamos o saldo da conta.

#### 3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Valor €
<b>Caixa Geral De Depósitos, S.A.</b>	
Conta nº 003505190000031943074	40 254
Conta nº 003505190000852983084	93 399
Conta nº 003505190001644653046	2 891
Conta nº 003505190002067103081	103
Conta nº 003505190002246623018	114
<b>Caixa Central - Caixa Central De Crédito Agrícola</b>	
Conta nº 004562504005613950740	51 720
Conta nº 004562504020209009665 IEFP-FSE	111
Conta nº 004562504022079040849	54
<b>Millenium BCP</b>	
Conta nº 003300000010523811405	836
<b>Banco BPI, SA</b>	
Conta nº 001000002221963010141	972
<b>Banco Santander Totta, SA</b>	
Conta nº 001800000718399300140	1 687
Conta nº 001800032505292902020	0
<b>Banco Bilbao Vizcaya (Portugal), SA</b>	
Conta nº 001901020020019438197	0
<b>Novo Banco, S.A.</b>	
Conta nº 000702130007892000542	1 233
Conta nº 000702130021516000712	4 557
Conta nº 00070000022579553423	0
<b>Total</b>	<b>197 932</b>

- b) Testamos todas reconciliações de dezembro e verificamos os movimentos em aberto.
- c) As reconciliações bancárias apresentam movimentos por reconciliar de anos anteriores, conforme referido nas notas ao Balanço e Demonstração de resultados. São sobretudos custos com comissões que se encontram por reconhecer.



- d) Validámos os saldos da conta.

### 3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

- a) Verificámos os valores estimados para acréscimos e diferimentos registados pelo Município e aceitamos os mesmos.
- b) Trata-se de área com bons procedimentos, por parte dos serviços.

#### 3.2.4.1 - Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos a reconhecer no próprio exercício, por serviço/venda realizado ou impostos a receber, mas sem documentação vinculativa.
- b) No ano de 2018 tiveram uma variação positiva de 245.304€ (22,55%), conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Juros a receber	0	0	0	-
AP Contrato Água em alta	0	0	0	-
Outros acréscimos de proveitos	1 087 648	1 332 952	245 304	22,55%
<b>Total</b>	<b>1 087 648</b>	<b>1 332 952</b>	<b>245 304</b>	<b>22,55%</b>

- c) Os outros acréscimos de proveitos incluem-se:
- a. Impostos diretos 1.198.241€
- b. Águas Saneamento e Resíduos 124.084€
- c. Diversos 10.627€
- d) O valor de acréscimos de proveitos de imposto diretos inclui o valor do IMI, IUC, IMT e Derrama de 2018 a receber em 2019.
- e) Verificámos e conforme ponto das notas ao balanço e demonstração de resultados foi recebido em 2019 receita referente a transportes escolares de 2018, assim o acréscimo e os proveitos estão subavaliados em cerca de 4.000 euros
- f) Verificámos os valores estimados para acréscimos de proveitos registados pelo Município, que validámos, por a nota referida em e) não ser relevante.

**3.2.4.2 - Custos Diferidos**

- a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte.
- b) Elevaram-se no ano de 2018 a 354.355€, conforme quadro:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Juros de acordos	0	302 375	302 375	-
Outros custos diferidos	28 489	51 979	23 490	82,45%
<b>Total</b>	<b>28 489</b>	<b>354 355</b>	<b>325 866</b>	<b>1143,82%</b>

- c) A rubrica contempla, essencialmente o diferimento de juros do acordo de regularização da dívida com as Águas Públicas do Alentejo, com prazo de vencimento de 2019 a 2023.
- d) Validámos o saldo da conta.



## II- PASSIVO

### 3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

#### 3.2.5.1 - Provisões para Outros Riscos e Encargos

- a) Estão a decorrer 4 processos contra-ordenacionais em que as coimas poderão compreender o intervalo entre os 12.000 euros a 35.000 euros.
- b) Estão a decorrer 23 processos judiciais, em que os créditos reclamados atingem cerca de 500.000 euros. Uma vez que não existe informação fiável sobre a probabilidade de ocorrer contingência financeira para o Município, optou-se por não reforçar a provisão existente.
- c) Estão a decorrer vários processos em que o autor é o Ministério Público e tem como finalidade declarar nulos, alguns despachos no âmbito de processos de licenciamento.
- d) As constituídas são de 48.236€ não tendo sido atualizado o seu valor.

#### 3.2.5.2 - Dívidas a Instituições Financeiras

- a) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 4.505.309€ (inclui Curto e ML Prazo), através da análise da informação que obtivemos de três fontes de informação - DGAL, Banco Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município.
- b) Em resumo, o volume e valor dos empréstimos bancários existentes a 31/12/2018, e o seu comparativo com o final do ano de 2017 é o que consta do quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Ref <sup>a</sup>	Valor em €		Variação	
		31/12/2017	31/12/2018	€	%
<b>Não Excecionados</b>					
CGD	CGD/026/887/0019	54 578	0	-54 578	-100,0%
CGD	CGD/321/087/0019	238 582	159 095	-79 487	-33,3%
CCAM	CCAMGI/58006885255	109 950	54 975	-54 975	-50,0%
CCAM	CCAMGI - Const. 47 Fogos	324 992	259 994	-64 998	-20,0%
BES	BES - 0770018313	632 518	553 453	-79 065	-12,5%
BPI	Emp. n.º 2221963,035,001	370 109	303 244	-66 865	-18,1%
BPI	Emp. n.º 222196383003	1 318 236	1 204 412	-113 824	-8,6%
Santander	Santander 0032.00495295140	122 921	106 935	-15 985	-13,0%
Santander	Santander 0032.00495295160	342 615	338 958	-3 657	-1,1%
Santander	Santander 0032.00495396090	105 000	156 037	51 037	48,6%
Santander	Santander 0032.00495396060	124 187	122 353	-1 834	-1,5%



<b>Exencionados</b>					
CGD	CGD 023/387/0019	26 661	21 325	-5 336	-20,0%
CCAM	59 028 977 828	131 617	94 012	-37 605	-28,6%
IFD Regional	REDE ÁGUAS-FEDER-000642	470 425	395 082	-75 343	-16,0%
IFD Regional	REAB URB CENTRO HISTÓRICO	25 344	12 103	-13 241	-52,2%
<b>Médio e Longo Prazo</b>		<b>4 397 736</b>	<b>3 781 979</b>	<b>-615 757</b>	<b>-14,0%</b>
<b>Curto Prazo</b>		758 931	723 330	-35 601	-4,7%
<b>Total (Curto e MLPrazo)</b>		<b>5 156 667</b>	<b>4 505 309</b>	<b>-651 358</b>	<b>-12,6%</b>

- c) No quadro, o valor apresentado inclui o passivo de curto prazo estimado em 723.330€ e o de Médio e Longo Prazo 3.781.979€. A amortização de curto prazo está refletida no balanço.
- d) Da análise do quadro verifica-se que o Passivo bancário diminuiu cerca de 13% (651.358€).
- e) O Mapa de empréstimos da prestação de contas reconcilia com o saldo da rubrica patrimonial
- f) Validámos os saldos da conta.

### 3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

#### 3.2.6.1 - Cauções

- a) Trata-se de cauções no valor de 4.050€ para Clientes, Contribuintes e Utentes, que validámos.
- b) Estes saldos de garantias e cauções devem ser analisados em 2019 por forma a verificar a sua razoabilidade.

#### 3.2.6.2 - Fornecedores

- a) O saldo respeita a:

Rubricas	Saldos em €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Fornecedores				
Conta corrente	743 217	582 549	-160 668	-21,62%
Fornecedores c/c/ Acordo - águas	1 128 497	1 452 455	323 959	28,71%
Forn. Fat. Receção e Conf.	40 000	117 793	77 792	194,48%
<b>Total</b>	<b>1 911 714</b>	<b>2 152 796</b>	<b>241 083</b>	<b>12,61%</b>





- b) No decorrer da nossa auditoria circularizámos 29 entidades à data de 31 de dezembro. Foram obtidas 12 respostas, das quais 8 foram concordantes com os saldos do Município e 4 discordantes.
- c) Para as respostas discordantes foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as diferenças. Apenas relativamente aos terceiros AIRC, EDP, é que permanecem diferenças não materiais, que deverão ser analisadas e regularizadas em 2019.
- d) As restantes entidades que não responderam foram reconciliados os seus saldos com procedimentos alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes, etc..), não tendo sido detetadas distorções materiais.
- e) O total do saldo circularizado (1.859.502 euros) corresponde a 86% do saldo a 31/12/2018 o que nos permite concluir pela exatidão do mesmo.
- f) De acordo com o ponto 1.7 das notas ao balanço e demonstração de resultados foi revisto o acordo de pagamento com a entidade Águas Públicas do Alentejo.
- g) O saldo de faturas em recepção e conferência deve ser analisado em 2019 por forma a que não esteja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.
- h) Existem pagamentos em atraso, no entanto verificou-se uma redução de 57% relativamente ao saldo que existia em setembro de 2017, sendo em 31/12/2018 de 38.377 euros.
- i) Validámos o saldo da conta.

### **3.2.6.3 - Estado e O. Entes Públicos**

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 97.368€. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
IRS	34 145	37 066	2 920	8,55%
Restantes Impostos	612	638	26	4,24%
Segurança Social	59 136	59 664	528	0,89%
<b>Total</b>	<b>93 894</b>	<b>97 368</b>	<b>3 475</b>	<b>3,70%</b>





- b) Foram analisadas as Certidões de não dívida da Autoridade Tributária, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, tendo-se confirmado que o Município tem a sua situação tributária e contributiva regularizada à data de 31 de dezembro de 2018.
- c) Os saldos em aberto a 31/12/2018 foram confirmados pelos valores pagos em janeiro de 2019.
- d) Na análise efetuada à rubrica de Estado e Outros Entes Públicos não foram detetadas distorções materiais, pelo que validámos o saldo da conta.

#### **3.2.6.4 - Fornecedores de Imobilizado e Outros Credores**

- a) Os valores são os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Fornec. Imobilizado c/c	200 992	157 242	-43 749	-21,77%
Pessoal	0	0	0	-
Sindicatos	533	523	-10	-1,95%
Credores Diversos	62 647	199 041	136 393	217,72%
<b>Total</b>	<b>63 181</b>	<b>199 564</b>	<b>136 383</b>	<b>215,86%</b>

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Adiantamentos por conta de vendas	5 000	5 000	0	0,00%

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Fundo Apoio Municipal - CP	107 097	53 549	-53 549	-50,00%
Fundo Apoio Municipal - MLP	321 288	26 774	-294 513	-91,67%
<b>Total</b>	<b>428 385</b>	<b>80 323</b>	<b>-348 062</b>	<b>-81,25%</b>

- b) Circularizámos 80% dos saldos conjuntos da conta 26, e conciliámos com outras fontes de informação interna.
- c) No decorrer da nossa auditoria circularizámos 27 entidades à data de 31 de dezembro. Foram obtidas 15 respostas, das quais 9 foram concordantes com os saldos do Município e 6 discordantes.
- d) Para as respostas discordantes foram realizados procedimentos alternativos de conciliação, tendo sido justificadas as diferenças.





- e) Os saldos das restantes entidades que não responderam, foram reconciliados através de procedimentos alternativos (verificação e-fatura, análise de pagamentos subsequentes, etc...), não tendo sido detetadas distorções materiais.
- f) O saldo da conta de credores administrações públicas, corresponde ao FAM (Fundo de Apoio Municipal). O seu saldo reduziu cerca de 348.062 euros relativamente a dezembro de 2017, fruto da amortização referente a 2018 e à redução das contribuições dos Município prevista na LOE2018 que, de acordo com proposta da DGAL e aceite pelo CNC, apenas seria refletida no exercício de 2018.
- g) Validámos o saldo da conta.

### 3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

#### 3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Remunerações a liquidar	881 480	938 066	56 586	6,42%
Gás propano	0	15 389	15 389	-
Outros acréscimos de custos	297 179	335 399	38 220	12,86%
<b>Total</b>	<b>1 178 659</b>	<b>1 288 854</b>	<b>110 195</b>	<b>9,35%</b>

- c) A parte que contempla remunerações a liquidar, trata as férias e subsídios de férias e seus encargos de 2018 a liquidar em 2019.
- d) De acordo com o POCAL a conta 273 serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Apenas os documentos emitidos em 2019 cumprem a definição atrás, os documentos de 2018 devem ser registados em contas a pagar.
- e) Validamos o saldo da conta.





### **3.2.7.2 - Proveitos Diferidos**

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
<b>Orçamento do Estado</b>	1 908 050	1 619 968	-288 082	-15,10%
<b>Subsídios da UE para Investimentos</b>				
FEDER III QCA	273 122	207 807	-65 314	-23,91%
FEDER QREN	9 048 473	9 321 082	272 610	3,01%
FEDER QREN - ENERGAS RENOVÁVEIS	6 253	5 002	-1 251	-20,00%
FEDER FUNDO TURISMO	190 615	189 178	-1 437	-0,75%
<b>Total</b>	<b>11 426 512</b>	<b>11 343 038</b>	<b>-83 474</b>	<b>-0,73%</b>

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) No decorrer do ano de 2019 devem ser conciliados os saldos da contabilidade patrimonial com a informação retirada do programa de Sistema Inventário e Cadastro.
- e) Verificámos que ficou por reconciliar uma entrada no valor de 93.929 euros referente ao financiamento do programa de beneficiação da piscina.
- f) Assim, de acordo com ponto das notas ao balanço e demonstração de resultados, a conta de proveitos diferidos está subavaliada nesse montante.
- g) A liquidação e cobrança desta receita apenas foi reconhecida em 2019 estando por esse motivo o orçamento da receita de 2018 afetado negativamente nesse montante.
- h) Por, em nosso entender a questão levantada em f) e g), não ser relevante, validamos os saldos da conta.





### III-FUNDOS PRÓPRIOS

#### 3.2.8 Fundos Próprios

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Património	198 179 839	198 180 397	559	0,00%
Ajustamentos de partes de capital	2 245 708	2 073 768	-171 940	-7,66%
Subsídios	446 915	446 915	0	0,00%
Doações	290 227	290 227	0	0,00%
Resultados Transitados	-86 567 772	-91 930 430	-5 362 658	6,19%
Resultado Líquido do Exercício	-5 055 629	-4 931 685	123 943	-2,45%
<b>Total</b>	<b>109 539 289</b>	<b>104 129 193</b>	<b>-5 410 096</b>	<b>-4,94%</b>

##### 3.2.8.1 - Património

Acréscimo no ano deve-se a acréscimo de ativo do imobilizado corpóreo.

##### 3.2.8.2 - Ajustamentos de partes de capital

a) Variação referente a ajustamentos de:

Participadas	Valor €		Ajustamento do ano €
	31/12/2017	31/12/2018	
Lógica	1 726 384	1 599 548	-126 836
Comoiprel	-21 756	-23 718	-1 962
Contenda	102 558	71 478	-31 079
Resialentejo	438 522	426 459	-12 063
<b>Total Ajustamentos</b>	<b>2 245 708</b>	<b>2 073 768</b>	<b>-171 940</b>

b) A variação trata-se dos ajustamentos derivados da aplicação do MEO às participadas, conforme nota 2.28 do anexo ao Balanço e à DR.

c) Validámos o saldo da conta.

##### 3.2.8.3 - Subsídios

Manteve o valor de 2017.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

#### ***3.2.8.4 - Doações***

Manteve o valor de 2017.

#### ***3.2.8.5 - Resultados transitados***

Relativamente a 2017 esta conta teve uma variação negativa de 5.362.658€, que derivam da aplicação de resultados do ano de 2017 (-5.055.629€) e a outros ajustes de exercícios anteriores levadas a esta conta, nomeadamente e conforme referido no ponto 2.28 do anexo ao Balanço e à DR:

#### ***3.2.8.6 - Resultados Líquidos***

Trata-se dos Resultados apurados na DR que foram negativos em 4.931.685€.





### 3.2 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2017	31/12/2018	2017	2018
<b>Custos e Perdas</b>				
CMVMC	1 407 717	1 355 045	6,7%	6,4%
FSE	3 005 788	3 785 593	14,4%	17,8%
Pessoal	6 317 543	6 803 917	30,2%	32,0%
Transferências e Subs. Concedidos	825 120	933 840	3,9%	4,4%
Amortizações do exercício	7 580 975	7 464 305	36,2%	35,1%
Provisões do exercício	189 132	92 579	0,9%	0,4%
Outros Custos e Perdas Operacionais	63 409	118 081	0,3%	0,6%
Custos e Perdas Financeiros	183 481	156 253	0,9%	0,7%
Custos e Perdas Extraordinários	1 356 485	556 109	6,5%	2,6%
<b>Total Custos</b>	<b>20 929 650</b>	<b>21 265 722</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
Vendas e Prestações de Serviços	1 400 370	1 439 592	8,8%	8,8%
Impostos e Taxas	2 629 927	2 595 943	16,6%	15,9%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	5 000	83 462	0,0%	0,5%
Proveitos Suplementares	560 242	32 844	3,5%	0,2%
Transferências e Subs. Obtidos	9 931 150	10 132 282	62,6%	62,0%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	51 832	0,0%	0,3%
Proveitos e ganhos Financeiros	310 153	1 087 904	2,0%	6,7%
Proveitos e ganhos Extraordinários	1 037 178	910 176	6,5%	5,6%
<b>Total Proveitos</b>	<b>15 874 021</b>	<b>16 334 036</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Resultados</b>	<b>-5 055 629</b>	<b>-4 931 685</b>		





### 3.4 Notas à Demonstração de Resultados

#### 3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rúbricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se, de uma forma geral documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
  - Proposta de aquisição de serviço;
  - Cabimento;
  - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
  - Adjudicação;
  - Compromisso;
  - Requisição/nota de encomenda;
  - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
  - Autorização do pagamento;
  - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

##### ***3.4.1.1 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas***

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos cerca de 73% do movimento do ano, não existindo ajustamentos a propor.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
  - Materiais diversos, e,
  - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.
- d) O apuramento dos CMVMC'S está de acordo com o quadro seguinte:





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Existências Iniciais	378 085	325 205	-52 880	-13,99%
Compras	1 354 836	1 365 978	11 141	0,82%
Existências Finais	325 205	336 137	10 933	3,36%
<b>CMVMC</b>	<b>1 407 717</b>	<b>1 355 045</b>	<b>-52 672</b>	<b>-3,74%</b>

- e) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica.

#### **3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos**

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2017 para 2018:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Subcontratos	786 309	944 640	158 331	20,14%
Eletricidade	471 501	493 381	21 880	4,64%
Rendas e Alugueres	52 401	68 581	16 181	30,88%
Comunicação	157 694	128 607	-29 088	-18,45%
Seguros	61 238	69 565	8 327	13,60%
Honorários	33 267	46 256	12 988	39,04%
Conservação e reparação	123 522	152 038	28 516	23,09%
Publicidade e Propaganda	33 903	32 535	-1 368	-4,03%
Limpeza Higiene e Conforto	112 580	81 715	-30 866	-27,42%
Vigilância e Segurança	66 268	89 675	23 407	35,32%
Trabalhos Especializados	135 193	142 276	7 083	5,24%
Outros fornecimentos e serviços	863 766	1 460 411	596 645	69,07%
Restantes	108 145	75 914	-32 231	-29,80%
<b>Total</b>	<b>3 005 788</b>	<b>3 785 593</b>	<b>779 805</b>	<b>25,94%</b>

- b) Aumentaram, no seu conjunto, relativamente a 2017, cerca de 26%, com especial incidência nas rubricas:
- i) Outros fornecimentos e serviços, com aumento de 69,07%;
  - ii) Honorários, aumento de 39,04%;
  - iii) Vigilância e segurança, com aumento de 35,32%.
  - iv) Rendas e alugueres, aumento de 30,88%;
  - v) Conservação e reparação, aumento de 23,09%.
- c) O acréscimo de 779.806 euros contempla o acréscimo de custos com outros serviços, nomeadamente contratos programa com Comoiprel e Lógica e serviços de armazenamento e recolha de resíduos.





- d) Verificamos e validamos cerca de 73% dos movimentos da conta, ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas correções a efectuar pelo Município.
- e) Deve ser definido o que deve ser reconhecido em FSE, com suporte em fatura com discriminação do serviço, ou em transferências corrente em conformidade com protocolo em vigor e suportado pelo mesmo.
- f) Validamos o saldo da conta.

#### **3.4.1.3 - Custos com Pessoal**

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2017 para 2018:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	224 698	200 449	-24 249	-10,79%
Remunerações ao Pessoal	4 703 940	5 000 376	296 435	6,30%
Pensões	23 927	-13 545	-37 472	-156,61%
Encargos sobre remunerações	1 067 803	1 110 481	42 679	4,00%
Seguros acid. trabalho e doenças profissionais	58 105	73 238	15 133	26,04%
Outros custos com o pessoal	239 070	432 918	193 848	81,08%
<b>Total</b>	<b>6 317 543</b>	<b>6 803 917</b>	<b>486 374</b>	<b>7,70%</b>

- b) Tiveram um acréscimo de cerca de 8% relativamente a 2017.
- c) Validamos os saldos da conta.

#### **3.4.1.4 - Transferências e Subsídios Concedidos**

- a) Diz respeito a transferências para diversas entidades e famílias, como as Juntas de Freguesias, associações de Municípios, associações desportivas e culturais, entre outras. Aumentaram, relativamente a 2017, em 13,18%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Administração Autárquica	92 399	168 857	76 458	82,75%
Instituições sem fins lucrativos	469 510	506 453	36 943	7,87%
Famílias	147 048	152 156	5 108	3,47%
Assembleias distritais	10 918	40 223	29 306	268,42%
Outros	17 745	1 818	-15 927	-89,75%
Subsídios correntes concedidos	87 500	12 500	-75 000	-85,71%
Apoios Sociais por Serviços Municipais	0	51 832	51 832	-
<b>Total</b>	<b>825 120</b>	<b>933 840</b>	<b>108 720</b>	<b>13,18%</b>





- b) O acréscimo diz respeito ao aumento de transferências para instituições sem fins lucrativos e para juntas de freguesia.
- c) Verificamos e validamos cerca de 72% dos movimentos da conta, ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- d) O saldo da conta patrimonial não coincide com o mapa de transferências correntes (euros), a diferença é justificada por custos de 2018 que apenas serão pagos em 2019.
- e) O mapa de transferências coincide com o saldo do controlo orçamental da despesa.
- f) No final validamos os custos apresentados na rubrica.

#### **3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais**

- a) A rubrica contempla, sobretudo, custos relacionados com taxas diversas, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Impostos e taxas	63 409	118 081	54 672	86,22%
Outros	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>63 409</b>	<b>118 081</b>	<b>54 672</b>	<b>86,22%</b>

- b) Tiveram um aumento de cerca de 86,22% em 2018.
- c) Verificamos e validamos cerca de 70% dos movimentos da conta, não tendo detetado anomalia. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- d) Validámos o valor da conta.

#### **3.4.1.6 - Amortizações**

- a) Analisámos a sua relação com o imobilizado líquido, tendo concluído que a mesma não se distancia dos valores assumidos relativamente a 2017.
- b) O seu valor é constante do quadro seguinte:





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Bens do Domínio Público	6 701 766	6 558 002	-143 764	-2,15%
Imobilizações Incorpóreas	35 781	65 034	29 253	81,76%
Imobilizações Corpóreas	843 428	841 269	-2 160	-0,26%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>7 580 975</b>	<b>7 464 305</b>	<b>-116 671</b>	<b>-1,54%</b>

- c) Validamos o saldo da conta.

#### **3.4.1.7 - Provisões**

- a) Foram criadas provisões no ano para cobrança duvidosa e para depreciação de existências conforme quadro abaixo:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Para cobranças duvidosas	106 762	92 579	-14 182	-13,28%
Para depreciação de existências	82 370	0	-82 370	-100,00%
<b>Total</b>	<b>189 132</b>	<b>92 579</b>	<b>-96 552</b>	<b>-51,05%</b>

- b) De acordo com informações obtidas, não foi reforçada a provisão para processos judiciais em curso, conforme nota na análise às provisões (ponto 3.2.5.1 deste relatório).
- c) Com as condicionantes constantes do ponto atrás referido aceitamos o saldo da conta.

#### **3.4.1.8 - Custos e perdas financeiras**

- a) A rubrica comprehende juros relativos a empréstimos bancários e outros serviços bancários e amortizações de investimentos financeiros.
- b) Decompõem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Juros suportados	67 478	62 726	-4 752	-7,04%
Amortizações de investimentos em imóveis	98 027	83 295	-14 731	-15,03%
Outros	17 977	10 232	-7 745	-43,08%
<b>Total</b>	<b>183 481</b>	<b>156 253</b>	<b>-27 228</b>	<b>-14,84%</b>

- c) Verificou-se um decréscimo, no conjunto destes custos, de 2017 para 2018 de 27.228€.





- d) O decréscimo do ano diz respeito à diminuição tanto de juros como de amortizações de investimentos financeiros.
- e) Verificamos e validamos cerca de 93% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- f) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2017
- g) Validámos os movimentos da conta.

#### **3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários**

- a) Esta conta agrega as rubricas seguintes:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	949 062	460 872	-488 190	-51,44%
Dívidas incobráveis	6 888	0	-6 888	-100,00%
Perdas em existências	24 366	17 210	-7 155	-29,37%
Perdas em imobilizações	91 681	76 872	-14 810	-16,15%
Multas e penalidades	10 920	3 006	-7 914	-72,47%
Aumentos de amortizações e de provisões	2 106	-2 106	-4 212	-200,00%
Correções relativas a exercícios anteriores	267 247	0	-267 247	-100,00%
Outros	4 215	255	-3 960	-93,95%
<b>Total</b>	<b>1 356 485</b>	<b>556 109</b>	<b>-800 377</b>	<b>-59,00%</b>

- b) A Conta respeita a transferências para diversas entidades como Juntas de Freguesia, associações desportivas e culturais, entre outras e ao reconhecimento de abates.
- c) Verificamos e validámos cerca de 81% dos movimentos da conta. Ao longo do ano foram emitidos memorandos intercalares com algumas regularizações/informações a efetuar pelo Município.
- d) A variação do ano diz respeito ao decréscimo de transferências para instituições sem fins lucrativos e à diminuição de outras transferências.
- e) O saldo da conta patrimonial referente a transferências, apresenta um saldo de 460.872 euros que não coincide com o mapa de transferências correntes, e corresponde a custos de 2017 pagos em 2018 e custos de 2018 que serão liquidados em 2019.
- f) O mapa de transferências coincide com o saldo do controlo orçamental da despesa.





- g) Apesar de e) e f), pela sua irrelevância, validámos o saldo da conta.

### 3.4.2 Proveitos

#### 3.4.2.1 – Vendas e Prestações de serviços

- a) Relativamente a 2017, existe um aumento de cerca de 3%, o que, em valor absoluto, se traduziu em 39.222€.
- b) A rubrica contempla essencialmente as receitas de água, saneamento e resíduos sólidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
<b>Vendas</b>				
Mercadorias - Água	587 470	703 251	115 781	19,71%
Eletricidade	1 845	2 424	579	31,39%
Livros e Documentação Técnica	923	916	-7	-0,74%
<b>Prestação de Serviços</b>				
Saneamento	329 942	407 189	77 246	23,41%
Resíduos Sólidos	295 989	328 256	32 267	10,90%
Transporte de pessoas e mercadorias	18 039	14 211	-3 828	-21,22%
Trabalho conta particulares	25 842	30 508	4 666	18,06%
Cemitérios	7 810	7 749	-62	-0,79%
Mercados e feiras	44 152	29 982	-14 170	-32,09%
Parques de Estacionamento	6 729	6 906	176	2,62%
Serv. Sociais, Recreativos, Culturais e de Desp.	70 690	78 258	7 568	10,71%
Aluguer de espaços e de equipamentos	2 734	1 139	-1 595	-58,35%
Vistorias e ensaios	5 112	5 175	63	1,23%
Outros Serviços	6 193	1 491	-4 702	-75,92%
Restituições	-1 589	-3 096	-1 507	94,81%
Anulações	-1 511	-174 766	-173 255	11465,47%
<b>Total</b>	<b>1 400 370</b>	<b>1 439 592</b>	<b>39 222</b>	<b>2,80%</b>

- c) Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes, tendo validado os seus movimentos.
- d) No final validámos e aceitámos o saldo da conta.

#### 3.4.2.2- Impostos e Taxas

- a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município:





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
<b>Impostos</b>				
IMI	1 561 039	1 220 220	-340 819	-21,83%
Imposto Circulação	263 432	280 064	16 632	6,31%
IMT	345 009	495 097	150 088	43,50%
Derrama	396 788	512 070	115 282	29,05%
<b>Impostos indiretos</b>	<b>13 494</b>	<b>19 003</b>	<b>5 509</b>	<b>40,82%</b>
<b>Total</b>	<b>2 579 762</b>	<b>2 526 453</b>	<b>-53 308</b>	<b>-2,07%</b>
<b>Taxas</b>				
Mercados e Feiras	4 419	2 834	-1 585	-35,87%
Loteamentos e Obras	20 564	23 204	2 640	12,84%
Ocupação da via pública	3 689	3 764	75	2,03%
Outras	28 427	44 037	15 610	54,91%
<b>Total</b>	<b>57 099</b>	<b>73 839</b>	<b>16 740</b>	<b>29,32%</b>
Reembolsos e restituições	-6 929	-4 350	2 579	-37,22%
Anulações	-4	0	4	-100,00%
<b>Total</b>	<b>2 629 927</b>	<b>2 595 943</b>	<b>-33 985</b>	<b>-1,29%</b>

b) Verificaram-se baixas relativamente a 2017:

- No IMI 22%,  
e subidas em:
- No IMT 44%,
- Na Derrama 29%,
- Nas Taxas 29%.

- c) Esta rubrica compreende as receitas decorrentes, na sua maioria, dos impostos diretos que representam 92% do saldo.
- d) Comparamos os valores apresentados com as certidões obtidas da Autoridade Tributária e Aduaneira e concluímos que os proveitos estão corretamente reconhecidos.
- e) No cômputo geral, a rubrica teve um decréscimo de cerca de 1.3%, relativamente a 2017.
- f) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.
- g) No final validámos os saldos.

#### 3.4.2.3 - Proveitos Suplementares

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte:





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Reembolsos e restituições	0	-10 598	-10 598	-
Anulações	0	-17	-17	-
Outros Proveitos Suplementares	560 242	43 459	-516 783	-92,24%
<b>Total</b>	<b>560 242</b>	<b>32 844</b>	<b>-527 398</b>	<b>-94,14%</b>

- b) Analisámos os movimentos e validámos o saldo da conta.
- c) O decréscimo diz respeito à reclassificação para a conta de proveitos financeiros relativo às rendas de concessão à EDP, que pela sua natureza correspondem a proveitos financeiros.
- d) Validámos o saldo da conta.

#### 3.4.2.4 - Transferências e Subsídios Obtidos

- a) São contabilizados nesta conta:
  - i) As transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 - Subsídios para investimentos.
  - ii) Os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

- b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
FEF corrente	8 174 845	8 279 381	104 536	1,28%
Fundo Social Municipal	320 912	320 912	0	0,00%
Participação Fixa no IRS	188 386	206 158	17 772	9,43%
Outras Transferências Correntes OE	245 437	351 173	105 736	43,08%
Transferências de capital	908 316	919 931	11 615	1,28%
Fundos e Serviços Autónomos	44 974	38 841	-6 133	-13,64%
Exterior	48 280	15 885	-32 395	-67,10%
<b>Total</b>	<b>9 931 150</b>	<b>10 132 282</b>	<b>201 131</b>	<b>2,03%</b>

- c) No cômputo geral, tiveram um acréscimo em 2018, relativamente a 2017, de 2% (201.131€).
- d) Confirmamos o saldo desta rubrica com as certidões de receita enviada pelas entidades.





- e) Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.

#### ***3.4.2.5 - Trabalhos para a própria entidade***

Durante o ano de 2018 foram apenas reconhecidos 83.462€ de trabalhos para a entidade. No entanto, e de acordo com nota 4 do anexo, o Município considera necessário melhorar a qualidade proveniente da contabilidade de custos. Por esse motivo os proveitos poderão estar subavaliados.

#### ***3.4.2.6 - Proveitos e Ganhos Financeiros***

- a) A conta inclui Juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Juros Obtidos	482	15	-467	-96,84%
Rendimentos de imóveis	232 037	924 178	692 141	298,29%
Rendimentos de participações de capital	77 634	163 711	86 077	110,88%
Outros	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>310 153</b>	<b>1 087 904</b>	<b>777 751</b>	<b>250,76%</b>

- b) Esta rubrica contempla as rendas de imóveis e o reconhecimento do proveito relativo à aplicação do método da equivalência patrimonial.
- c) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

#### ***3.4.2.7 - Proveitos Extraordinários***

- a) Inclui:





Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Nominal	%
Ganhos em Existências	22 852	14 059	-8 792	-38,48%
Ganhos em imobilizações	15 308	8 027	-7 281	-47,56%
Benefícios de penalidades contratuais	4 041	3 549	-492	-12,18%
Reduções de amortizações e provisões	3 203	14 126	10 923	341,00%
Correções relativas a exercícios anteriores	7 620	49 740	42 120	552,76%
Outros	984 154	820 676	-163 478	-16,61%
<b>Total</b>	<b>1 037 178</b>	<b>910 176</b>	<b>-127 001</b>	<b>-12,24%</b>

- b) A rubrica outros, contempla os proveitos relativos ao reconhecimento de proveitos com subsídios ao investimento (749.578€) e à redução de provisões para riscos e encargos (12.486 euros).
- c) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta.
- d) Validámos os saldos apresentados.





## 4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total (31-12-2019)										
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem	Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
						$(17)=(16)-(1)$ , se $(16)>(1)$ ou	$(18)=(1)-(16)$ , se $(16)<(1)$ ou			
(11)	(12)	(13)=(11)+(12 )	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)	$(17)=(16)-[(7)+(10)]$ , se $(10)>0$ e $(7)+(10)<(16)<(1)$	$(18)=[(7)+(10)]-(16)$ , se $(10)>0$ e $(7)+(10)>(16)$	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1	$(21)=(10)-[(16)-(7)]$ , se $(10)>0$ e $(16)<(7)+(10)$
7 173 401	22 666	7 196 067	97 259	80 323	7 018 486		12 376 258	-6,07%		2 838 019

- a) O quadro transcrito acima reflete a situação do município em 31/12/2018, conforme relatórios da DGAL, que cumpre o limite de dívida total, tendo margem para a obtenção de empréstimos.
- b) Relativamente ao final de 2017, a dívida diminuiu cerca de 6%.
- c) A margem disponível por utilizar é de 2.838.019€.
- d) Analisámos os pressupostos e bases de cálculo e não foram detetadas distorções relevantes.
- e) Atendendo ao disposto da Lei 50/2012 de 31 de agosto, e da análise que efetuámos as participadas do Município, concluímos que o Município reconhece corretamente as suas participações.





## 5. CONTROLO ORÇAMENTAL

### 5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores bem como de compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. O orçamento para 2018 aprovado em Assembleia Municipal, que se apresentava como se segue:

Tipo	Montante (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	14.915.609	15.808.662
Capital	5.512.283	4.619.230
	<b>20.427.892</b>	<b>20.427.892</b>

4. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Tipo	Corrigidas (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	13 939 462	14 831 662
Capital	4 159 935	3 174 230
Reposições	0	20 000
Saldo gerência	0	73 505
	<b>18 099 397</b>	<b>18 099 397</b>

5. As modificações e alterações orçamentais, relativamente ao orçamento inicial, apresentam uma diminuição de 11,4%.
6. Verificámos cerca de 74% da despesa paga no ano e cerca de 89% da receita cobrada.





## 5.2 Fundos Disponíveis

Foram analisados processo de contratação pública por forma a aferir do cumprimento legal e formal dos mesmos.

## 5.3 Contratação Pública

1. Foi conciliação a informação obtida com os dados extraídos do BASEGOV.
2. Não foram detetadas distorções relevantes.

## 5.4 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2017.
2. Em termos de rácios optámos por analisar comparativamente a 2017 os seguintes:

Rácios	31/12/17	31/12/18
Peso da Receita Própria na Receita Total	13,21%	15,09%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	112,41%	109,99%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	72,24%	80,94%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	27,76%	19,06%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	54,45%	54,42%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	38,42%	23,55%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	7,35%	5,15%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	43,50%	45,78%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:
  - a. **O peso da receita própria na receita total** continua baixo, pelo que o Município (aliás como quase todos) depende em muito das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). Apesar disto, o peso relativo das receitas próprias aumentou de 13,21% em 2017 para 15,09% em 2018, essencialmente devido ao acréscimo com significativo da venda de bens e serviços (aumento de 160.285€).
  - b. A receita corrente continuou a superar a despesa corrente. No ano de 2018 o nível de cobertura foi de 109,99%. Em 2017 havia sido de 112,41%.
  - c. **O peso da despesa corrente na despesa total**, em 2018 (80,94%) aumentou relativamente ao ano de 2017 (72,24%).





## MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- d. Cenário contrário verifica-se no peso das **despesas de capital na despesa total**, que de 27,76% em 2017 desce para 19,06% em 2018.
- e. O **peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** diminuiu ligeiramente de 54,45% em 2017 para 54,42% em 2018.
- f. As **despesas de capital** equivaleram em 2018 a 23,55% das despesas correntes, situando-se abaixo dos 38,42% de 2017.
- g. O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações) na **despesa total** teve uma diminuição de 7,35% para 5,15%.
- h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) teve um acréscimo de 43,50% em 2017 para 45,78% em 2018.





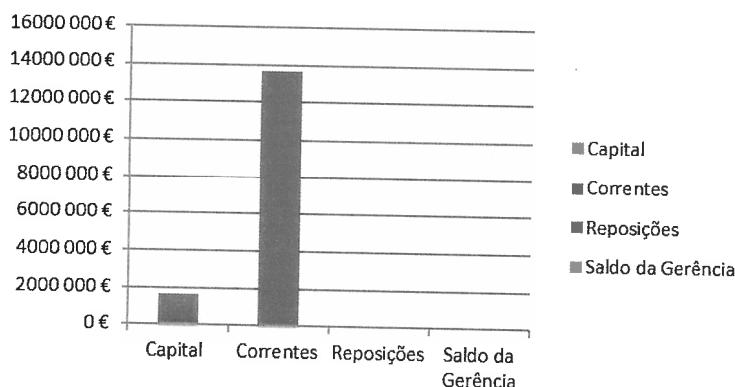
## 5.5 Análise das Despesas e Receitas Municipais

### 5.5.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em de 2018:

Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Líquida	Estrutura	por cobrar final ano	Mapas da Receita 2018 (€)	
							2017	2018
Capital	3 174 230	17,54%	91 959	1 679 677	10,91%	106 278	51,27%	52,92%
Correntes	14 831 662	81,95%	693 176	13 622 419	88,47%	638 040	95,62%	91,85%
Reposições	20 000	0,11%	69	22 777	0,15%	69	35,49%	113,89%
Saldo da Gerência	73 505	0,41%	0	73 505	0,48%	0	100,00%	100,00%
<b>Total</b>	<b>18 099 397</b>	<b>100,00%</b>	<b>785 204</b>	<b>15 398 378</b>	<b>100,00%</b>	<b>744 387</b>	<b>87,23%</b>	<b>85,08%</b>

- Das receitas previstas corrigidas, foram executadas, 52,92% das de capital e 91,85% das correntes, sendo que a execução global da receita de 85,08%.
- Se comparada a execução da receita com a de 2017, verifica-se que a execução global passou de 87,23% em 2017 para 85,08%, em 2018, o que se traduz num decréscimo de 2,46%.
- A execução da receita encontra-se no limite dos 85%. Este limite indica que se não for ultrapassado em dois anos consecutivos pode trazer, ao abrigo do art.º 56º da Lei 73/2013, consequências financeiras para o Município, consequências de que o Município, para já, está afastado por a sua execução da receita por ser superior ao limite definido.
- Graficamente, a execução da receita, apresenta-se do seguinte modo:

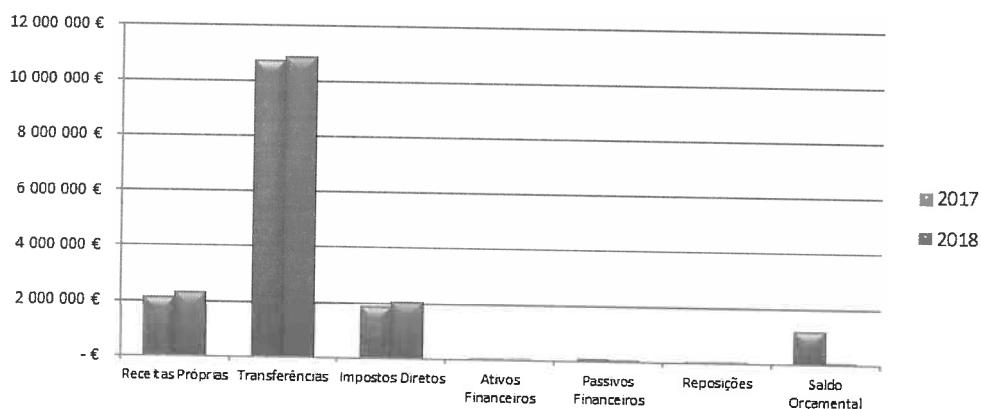




5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2017 e de 2018 apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	Estrutura da Receita Municipal		Variação	
	2017	2018	Real (€)	%
Receitas Próprias	2 125 197	2 324 232	199 036	9,37%
Transferências	10 720 073	10 842 192	122 119	1,14%
Impostos Diretos	1 895 754	2 062 894	167 140	8,82%
Ativos Financeiros	1 950	1 200	-750	-38,46%
Passivos Financeiros	105 000	71 577	-33 423	-31,83%
Repositões	7 098	22 777	15 679	220,88%
Saldo Orçamental	1 230 900	73 505	-1 157 396	-94,03%
<b>Total</b>	<b>16 085 972</b>	<b>15 398 378</b>	<b>-687 594</b>	<b>-4,27%</b>

6. O que graficamente se apresenta como se segue:



7. Continua a verificar-se, a par dos impostos diretos (acrédito de 8,82%) e das receitas próprias (acrédito de 9,37%), um forte peso das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2017, 66,64% do total e, em 2018, 70,41%.
8. Para as receitas do ano, ainda que em menor valor, contribuíram ainda, os saldos de gerência. Representaram 7,65% em 2017 e 0,48% em 2018.
9. No cômputo geral, a execução da receita em 2018 teve um comportamento inferior ao do ano de 2017.





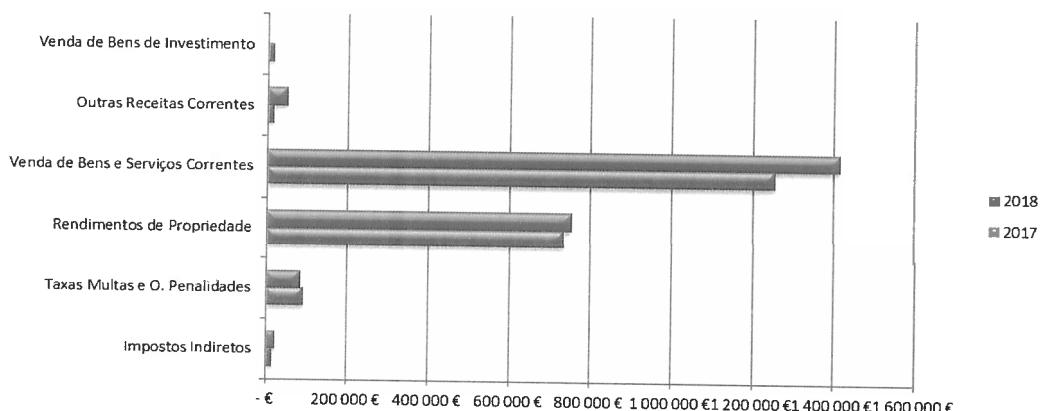
## MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

10. Quanto às receitas próprias apresentaram o seguinte grau de execução nos anos de 2017 e de 2018:

Rubricas	RECEITAS PRÓPRIAS		Variação	
	2017	2018	Real (€)	%
Imposto Indiretos	15 532	22 064	6 532	42,06%
Taxas Multas e O. Penalidades	91 308	84 481	-6 828	-7,48%
Rendimentos de Propriedade	733 588	752 657	19 069	2,60%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 254 550	1 414 836	160 285	12,78%
Outras Receitas Correntes	15 218	49 097	33 879	222,63%
Venda de Bens de Investimento	15 000	1 097	-13 903	-92,69%
<b>Total</b>	<b>2 125 197</b>	<b>2 324 232</b>	<b>199 036</b>	<b>9,37%</b>

11. O que graficamente se traduz em:





## MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

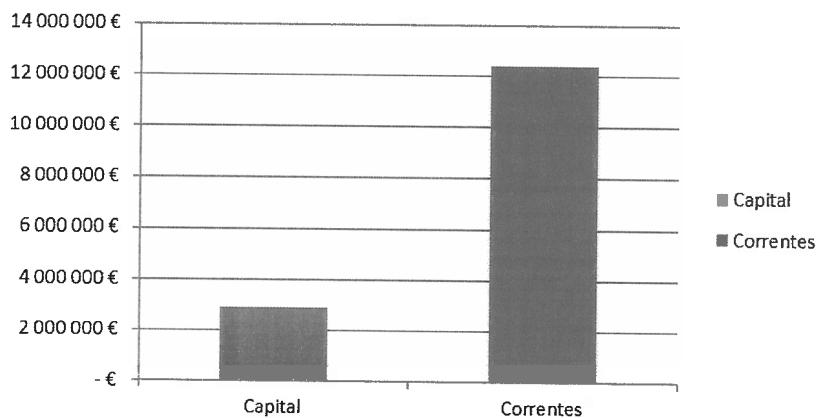
SOCIÉTÉ DE PÉREGRINOS D'ICAS DE CONTAS

### 5.5.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2017 e de 2018:

Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2017	2018
Capital	4 159 935	22,98%	10 852 727	2 916 946	19,06%	706 976	83,28%	70,12%
Correntes	13 939 462	77,02%	23 025 027	12 385 623	80,94%	957 119	88,34%	88,85%
<b>Total</b>	<b>18 099 397</b>	<b>100,00%</b>	<b>33 877 754</b>	<b>15 302 569</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 664 094</b>	<b>86,87%</b>	<b>84,55%</b>

2. O que graficamente, e para o ano de 2018, se traduz em:



3. Verifica-se que, o grau de execução da Despesa foi de 84,55% em 2018, abaixo da execução de 2017 que foi de 86,87%. A despesa líquida de capital paga foi de 52,23% da dotação para o ano. Em 2017 havia sido de 83,28%. Já a despesa corrente paga foi de 82,77% em 2018 contra 88,34% em 2018.

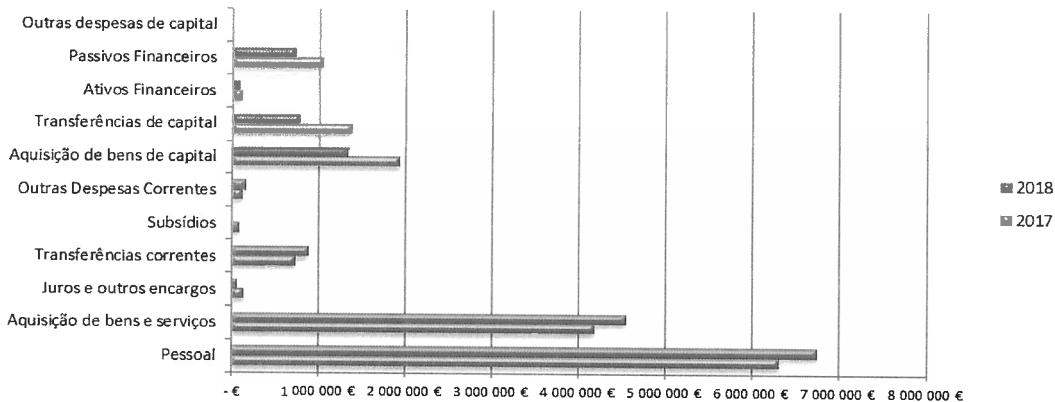




4. A estrutura da Despesa Municipal em 2017 e em 2018 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Rubricas	Estrutura da Despesa Municipal		Variação	
	2017	2018	Real (€)	%
Pessoal	6 302 737	6 740 253	437 516	6,94%
Aquisição de bens e serviços	4 175 997	4 538 728	362 731	8,69%
Juros e outros encargos	140 792	65 818	-74 974	-53,25%
Transferências correntes	739 594	878 974	139 380	18,85%
Subsídios	87 500	0	-87 500	-100,00%
Outras Despesas Correntes	127 704	161 849	34 145	26,74%
<b>Total</b>	<b>11 574 324</b>	<b>12 385 623</b>	<b>811 298</b>	<b>7,01%</b>
Aquisição de bens de capital	1 934 524	1 335 389	-599 135	-30,97%
Transferências de capital	1 367 758	778 299	-589 459	-43,10%
Ativos Financeiros	107 097	80 323	-26 774	-25,00%
Passivos Financeiros	1 037 366	722 935	-314 431	-30,31%
<b>Total</b>	<b>4 446 745</b>	<b>2 916 946</b>	<b>-1 529 799</b>	<b>-34,40%</b>
<b>Total</b>	<b>16 021 069</b>	<b>15 302 569</b>	<b>-718 500</b>	<b>-4,48%</b>

5. O que, graficamente se traduz em:



6. Relativamente a 2017:

- As despesas com Pessoal subiram 6,94%, acréscimo inferior ao verificado na rubrica patrimonial de custos com pessoal (acréscimo de 7,7%), explicado pela diferença de reconhecimento na contabilidade orçamental e na contabilidade patrimonial, uma na ótica de caixa e outra na ótica patrimonial.
- A aquisição de bens e serviços subiu 8,69%;
- Os juros e outros encargos desceram 53,25%;
- As transferências correntes subiram 18,85%;
- As aquisições de bens de capital desceram 30,97%;





## MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- f. As transferências de capital diminuíram 43,10%;
  - g. Os passivos financeiros reduziram cerca de 30,31%.
7. Continua elevado peso das despesas pagas com o pessoal nas Despesas do Município, que representam 44,05% do total em 2018, contra 39,34% em 2017. Em termos reais tiveram um acréscimo de 437.516€.
8. Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2017, 26,07% do total das despesas. Em 2018, situaram-se em 29,66%.
9. Os juros e outros encargos diminuíram, passando de 0,88% em 2017 da despesa total para 0,43% em 2018.
10. As transferências correntes pagas subiram de 4,62% do total da despesa em 2017 para 5,74% em 2018.
11. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital passaram de um peso relativo nas despesas totais de 12,07% do total das despesas pagas em 2017, para 8,73% em 2018.
12. As transferências de capital relativamente a 2017 passaram de um peso relativo de 8,54% para 5,09% (quebra de 43,1%).
13. Os passivos financeiros pagos desceram o seu peso relativo na despesa total (6,48% em 2017 contra 4,72% em 2018).





AV

## 5.6 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2018, é apresentada no quadro seguinte:

Rubricas	Plano Plurianual de Investimentos 2018 (€)					
	Ano	Montantes Previstos Anos Seguintes	Montantes Executados Anos Anteriores	Ano	Ano	Nível de Execução Global
Apoio Economia Local Empreendedorismo	100	30 000	0	0	0,00%	0,00%
Valorização do Ensino	105 089	212 140	313 315	47 196	44,91%	57,17%
Ação Social	14 744	161 875	30 849	0	0,00%	14,87%
Gabinete de Apoio às Freguesias	134 297	240 000	97 613	133 925	99,72%	49,06%
Planejar e projetar	322 563	950 900	367 579	22 874	7,09%	23,79%
Requalificação Urbana e Património	1 330 249	8 195 100	2 909 786	908 411	68,29%	30,70%
Funcionamento e manutenção de Equipamentos	23 169	285 250	735 205	9 577	41,34%	71,36%
Ambiente e Espaços Verdes	12 022	51 000	58 989	11 624	96,69%	57,87%
Património Imobiliário	8 500	174 000	52 000	4 367	51,38%	24,04%
Equipamento Básico e Administrativo	221 642	1 126 800	382 913	118 211	53,33%	28,94%
Aquisição de Bens e Serviços	85 158	467 000	812 826	46 435	54,53%	62,95%
Outros Programas	206 015	5 147 935	15 392	36 773	17,85%	0,97%
Promover a Proteção Civil e a Segurança	2 150	32 500	46 723	0	0,00%	57,42%
Imposições Legais	80 397	321 291	321 291	80 323	99,91%	55,55%
Termalismo e Promoção do Concelho	29 944	0	490	0	0,00%	1,61%
Regularizações Diversas	147 645	0	658 598	130 798	88,59%	97,91%
<b>Total</b>	<b>2 723 684</b>	<b>17 395 791</b>	<b>6 803 569</b>	<b>1 550 515</b>	<b>56,93%</b>	<b>31,03%</b>

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2018 representa 56,93% do total previsto para o ano.

3. As rubricas que mostraram maior índice de execução no ano são:

- a. Imposições legais (99,91%);
- b. Gabinete de apoio às freguesias (99,72%);
- c. Ambiente e espaços verdes (96,69%);
- d. Regularizações diversas (88,59%);
- e. Requalificação Urbana e Património (68,29%).

4. O nível de execução Global do PPI está nos 31% em finais de 2018.





## 6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

*"2- (...) a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos."*

*"4- Para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente á divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo."*

2. E no artigo 83º:

*"Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente á divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato."*

3. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 814.198 euros, de acordo com o quadro seguinte:

N.º contrato	Prazo do contrato em anos	Anos remanescentes	Capital		Dívida no final do período	Dívida no final do período a 31/12/2013	Amort media empréstimos
			Contratado	Utilizado			
0519/000022/587/0019	20	5	397 996	397 996	0	126 032	25 206
0519000023/387/0019	25	11	143 364	143 364	26 657	53 236	4 840
0519/000026/887/0019	20	7	748 497	748 497	54 579	326 999	46 714
40056139507	25	13	1 496 394	756 112	109 950	384 125	29 548
56043117079	20	8	934 911	934 911	324 992	694 248	86 781
5902298977828	17	5	1 246 995	685 191	131 617	319 643	63 929
9015/000321/087/0019	20	8	1 246 995	1 246 995	238 368	628 185	78 523
300/03	10	10	1 040 000	1 034 123	369 634	648 529	64 853
770018313	17	10	1 344 100	1 344 100	632 518	1 027 841	102 784
2221963830003	20	17	4 640 000	1 950 000	1 319 118	1 892 647	111 332
02-0141-001135	8	7	154 202	154 202	25 344	154 202	22 029
04-0254-000642	12	11	893 391	779 454	465 425	779 454	70 859
003200495295140	10		184 000	184 000	126 935		18 400
003200495295160	15		806 000	806 000	368 958		53 733
003200495396060	10		150 000	150 000	141 176		15 000
003200495396090	15		295 000	176 577	170 037		19 667
9015/008587/691	3,5		1 500 000	0	0		0
Total			17 221 845	11 491 522	4 505 309	7 035 141	814 198

4. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:





<b>Equilíbrio Orçamental 2018</b>	
Receita corrente bruta Cobrada	<b>13.630.182</b>
Despesa corrente paga	12.385.623
Amortização empºs ML Prazo	814.198
<b>Total</b>	<b>13.199.821</b>
<b>Excedente</b>	<b>430.361</b>

5. O Município está em equilíbrio orçamental.

## 7. CONTROLO INTERNO

1. Em 2018 mantinha as características vindas de anos anteriores. Assim, mantém-se o nosso entendimento que:

### 7.1 Funcionamento

O seu funcionamento continua muito limitado. De uma forma genérica, carece de atualização e a sua aplicação deve ser implementada de forma clara. Assim:

#### 7.1.1 Quanto aos procedimentos administrativos:

- A correspondência avençada deve ter carimbo de conferida e ser assinada por quem a vistoria.
- Todos os documentos em papel devem ser registados e assinados por quem os emite.
- Os relatórios sobre diversos assuntos, com mais do que uma página, devem conter, em cada uma delas, a identificação do serviço, a data e o assunto, bem como assinatura.
- Deve ser assegurada a confidencialidade dos documentos internos em suporte informático.
- Existindo no âmbito do *software* utilizado pelo Município aplicações que permitem o circuito, tratamento e arquivo digital do Município, este deve encarar a introdução desses procedimentos com o objetivo de facilitar e melhorar o conjunto dos procedimentos administrativos.
- Deve ser salvaguardado o conteúdo da proteção de dados conforme lei em vigor.





#### **7.1.2 Quanto à gestão dos Recursos Humanos:**

- Do processo individual dos trabalhadores devem constar as atas do concurso, quando tal se aplica.
- Da ficha do trabalhador deve constar o vencimento e a sua evolução.
- Os recibos de vencimento deveriam ser assinados.

#### **7.1.3 Quanto à gestão financeira, patrimonial e de custos:**

Devem ser inventariados, com rigor, todos os direitos e obrigações do Município.

#### **7.1.4 Quanto às dívidas de e a terceiros:**

Devem ser implementados procedimentos de reconciliação periódica das contas de terceiros.

Desta reconciliação deve passar a existir a produção de relatório que evidencie a sua realização.

#### **7.1.5 Quanto ao Imobilizado:**

- Devem inventariar-se todos os bens cuja posse seja do Município e proceder-se ao registo de todos os não registados. De entre estes, pela sua dimensão e valor, assume prioridade o inventário do espólio existente na biblioteca.
- Mantém-se a necessidade de rever o procedimento de suporte aos abates de imobilizado. O Património deveria emitir informação sobre o motivo do abate e deveria ser assinada pelo Património e pela Contabilidade.
- Deve existir cadastro permanente e atualizado dos bens que carecem de registo, e em caso de falta do mesmo, relatório que justifique a sua falta.

#### **7.1.6 Quanto aos Acréscimos e Diferimentos:**

Devem ser implementados procedimentos para que a atribuição de subsídios sejam afetos ao bem a que respeitam e para que passem para proveitos, numa forma consistente, à medida que os bens a que estão afetos sejam amortizados.



## 7.2 Outros aspectos a ter em conta

- Devem ser implementados procedimentos de atualização anual dos valores porque os ativos do Município estão seguros, e proceder ao seguro de todos eles. Constatou-se que, mesmo ao nível dos Imóveis, com ou sem registo em nome do Município, existem bens não seguros.
- As fichas do immobilizado devem ser completadas com a informação das apólices de seguros.

## 8. FACTOS SUBSEQUENTES

Não detetámos nada de relevante.

## 9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

## 10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade.

## 11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que sem Reservas e sem Ênfases.





## 11.1 Reservas

Sem Reservas

## 11.2 Ênfases

Sem ênfases.

## 11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2019 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto, por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório.

### Bens Domínio Público

1. Devem ser inventariadas tanto as peças de arte integradas no património do museu como o espólio bibliográfico existente na biblioteca municipal.
2. Deve revisto o procedimento de transferência do immobilizado em curso para immobilizado firme, a transferência deve ocorrer na data do auto de receção provisório, por forma a que as amortizações do exercício se encontrem corretamente apuradas.

### Imobilizado Corpóreo

1. É necessário rever o procedimento de suporte aos abates de immobilizado. O Património deveria emitir informação sobre o motivo do abate que deveria ser assinada pelo Património e pela Contabilidade.
2. Nas transferências de immobilizado em curso para firme nem sempre é respeitado o princípio de passagem na data do auto de receção acontecendo a transferência meses mais tarde o que conduz a uma subavaliação as amortizações.

### Imobilizado Incorpóreo

Existem projetos, já totalmente amortizados, que deverão ser despreconhecidos em 2019.

### Empréstimos Concedidos

Deve ser analisada em 2019 a sua recuperabilidade e necessidade ou não de criar provisão.





### **Clientes**

As provisões foram constituídas tendo por base o critério definido pelo POCAL. Tendo em conta o saldo em dívida refletido no Sistema Gestão Faturação, as provisões para clientes de cobrança duvidosa estão subavaliadas em 140.108 euros.

### **Depósitos à Ordem**

As reconciliações bancárias apresentam movimentos por reconciliar de anos anteriores, conforme referido nas notas ao Balanço e Demonstração de resultados. São sobretudos custos com comissões que se encontram por reconhecer.

### **Proveitos Diferidos**

1. No decorrer do ano de 2019 devem ser conciliados os saldos da contabilidade patrimonial com a informação retirada do programa de Sistema Inventário e Cadastro.
2. Verificámos que ficou por reconciliar uma entrada no valor de 93.929 euros referente ao financiamento do programa de beneficiação da piscina o que subavia a conta nesse montante.

### **Fornecimentos e Serviços Externos**

Deve ser definido o que deve ser reconhecido em FSE, com suporte em fatura com discriminação do serviço, ou em transferências corrente em conformidade com protocolo em vigor e suportado pelo mesmo.

### **Trabalhos para a própria entidade**

O Município considera necessário melhorar a qualidade proveniente da contabilidade de custos. Por esse motivo os proveitos poderão estar subavaliados.

## **12. AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Marinha Grande, 23 de abril de 2019

**O Revisor Oficial de Contas**

**MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda**

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques-ROC nº 620